

# NOTA **técnica** AIPARDES

---

Nº 14

## **Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios**

Marisa Valle Magalhães  
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Curitiba  
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessutti - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Allan Jones dos Santos - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah Ribeiro de Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thaís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira, Léia Rachel Castellar - *Editoração Eletrônica*

Estelita Sandra de Matias - *Revisão de texto*

**NOTA** *técnica*  
**AI** **IPARDES**

---

As notas técnicas do IparDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado.

# DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO PARANÁ: TENDÊNCIAS RECENTES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

*Marisa Valle Magalhães\**  
*Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra\*\**

## 1 MEIO SÉCULO DE INTENSAS MUDANÇAS

O Paraná vem se destacando nas últimas décadas, no cenário nacional, por apresentar uma dinâmica de crescimento demográfico bastante instável, fortemente condicionada pelos movimentos migratórios. Durante um longo período, em meados do século passado, o Estado absorveu enormes contingentes migratórios durante a etapa de expansão de sua fronteira agrícola. No transcorrer de 40, 50 anos, praticamente todo o território paranaense foi ocupado, crescendo substantivamente tanto a população residente nas áreas rurais quanto nas cidades (tabelas 1, A.1 e A.2).

TABELA 1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ E BRASIL - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000 E 2000/2007

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)					
	PARANÁ			BRASIL		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1940/1950	5,61	5,84	5,54	2,39	3,91	1,60
1950/1960	7,16	9,31	6,33	2,99	5,15	1,55
1960/1970	4,97	6,73	4,1	2,89	5,22	0,57
1970/1980	0,97	5,97	-3,32	2,48	4,44	0,62
1980/1991	0,93	3,00	-3,03	1,93	2,97	-0,67
1991/2000	1,40	2,59	-2,61	1,63	2,45	-1,32
2000/2007	1,10	1,58	-1,20	1,21	...	...

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Contagem da População 2007

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

\* Economista, pesquisadora do IPARDES.

\*\* Engenheiro Agrônomo, pesquisador do IPARDES.

A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970 esse quadro populacional se alterou bruscamente. As áreas rurais do Estado passaram a perder população em ritmos acelerados, as cidades aumentaram de tamanho, principalmente aquelas que já tinham maior porte, a Região Metropolitana de Curitiba se expandiu e adensou velozmente, mas uma parte substantiva da população antes residente no Estado buscou novas oportunidades de trabalho e de vida no vizinho estado de São Paulo, que naquela época colhia aceleradamente os frutos do chamado “milagre brasileiro”, e na nova fronteira agrícola nacional, que se expandia principalmente por sobre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Paralelamente ao forte movimento emigratório do Estado, os anos 1970 também marcaram o início de uma enorme transformação na demografia brasileira, e, portanto, igualmente na paranaense, de repercussões profundas e prolongadas. Trata-se do intenso processo de declínio da fecundidade que vem ocorrendo em todas as regiões do país, em todos os segmentos sociais, com repercussões substanciais sobre a pirâmide etária das distintas populações no sentido de uma redução acelerada dos segmentos etários infanto-juvenis, em contrapartida a um aumento expressivo da população adulta e, principalmente, da idosa. A mortalidade, por seu turno, que desde as primeiras décadas do século XX iniciou forte tendência de declínio em várias regiões brasileiras, inclusive no Paraná, prosseguiu em ritmo de queda ao final do século, se bem que de forma mais lenta (tabela 2).

TABELA 2 - ÍNDICES DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL - PARANÁ E BRASIL - 1930/1940, 1940/1950, 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 E 2000/2007

PERÍODO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (e <sup>0</sup> )		TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (TFT)	
	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil
1930/1940	43,9	41,2	5,9	6,5
1940/1950	45,9	43,6	5,9	6,3
1960/1970	61,9	55,7	6,3	6,0
1970/1980	64,4	60,1	4,1	4,4
1981/1991	69,1	66,3	2,7	2,9
1990/2000	70,3	68,6	2,3	2,4
2000/2007	73,0	71,5	1,9	2,0

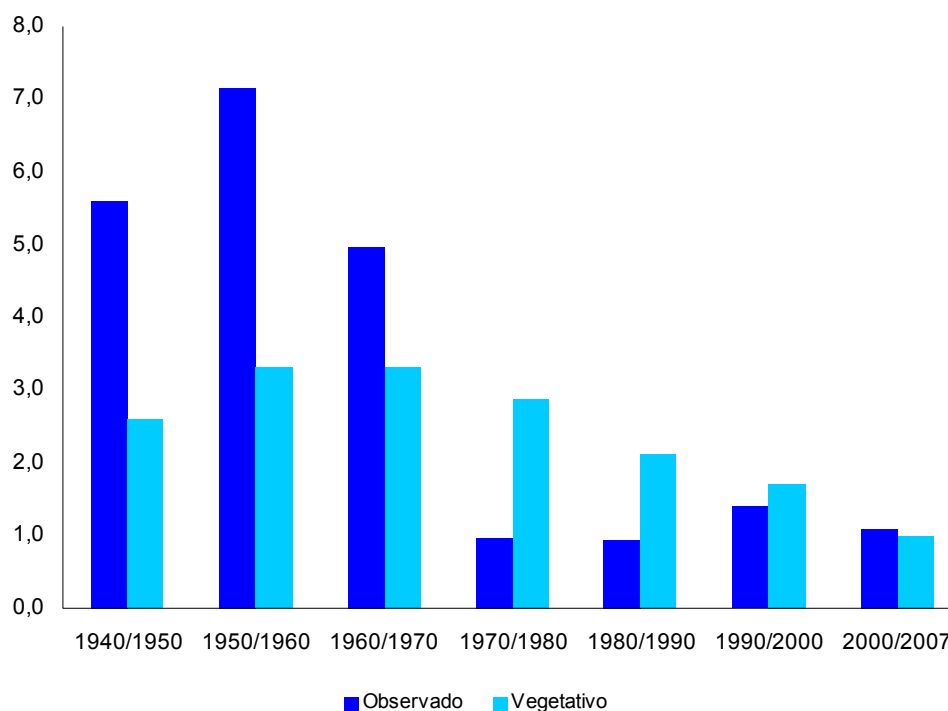
FONTES: Para 1930/1940, 1940/1950 e 1960/1970: Carvalho (1974); para 1970/1980 e 1981/1991 (exceto TFT Paraná): ABEP/FNUAP (1996); para TFT Paraná 1981/1991: IPARDES (1997); para 1990/2000: IPARDES (1999) e PNUD; para 2000/2007: IBGE

Em decorrência desses processos, queda da fecundidade – provocando a redução da taxa de crescimento vegetativo<sup>1</sup> (gráfico 1) – e forte emigração estadual, o Paraná, nos decênios de 1970 e de 1980, foi o Estado que experimentou o menor crescimento populacional no país. Em contraposição, a Região Metropolitana de Curitiba, em

<sup>1</sup> O crescimento vegetativo, ou natural, de uma população resulta da diferença entre nascimentos e mortes, ou seja, das taxas de natalidade e de mortalidade, que vigoram nessa população. Em geral, a taxa de crescimento vegetativo é expressa em porcentagem.

comparação com as demais RMs, foi a que mais cresceu demograficamente, revelando os fortes reordenamentos espaciais que os movimentos migratórios imprimiram no Estado, em um curto intervalo de tempo.

GRÁFICO 1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO<sup>(1)</sup> - PARANÁ - 1940/1950 A 2000/2007



FONTE: IPARDES

(1) O crescimento vegetativo, ou natural, de uma população resulta da diferença entre nascimentos e mortes, ou seja, das taxas de natalidade e de mortalidade, que vigoram nessa população. Em geral, a taxa de crescimento vegetativo é expressa em porcentagem.

Nos anos 1990 a taxa de crescimento da população do Estado voltou a subir ligeiramente – mantendo-se, porém, ainda abaixo do crescimento vegetativo, o que indica saldo migratório estadual negativo, se bem que em um patamar muito mais baixo. No período, a mortalidade manteve seu ritmo gradual de queda e a fecundidade permaneceu reduzindo de forma firme e expressiva. O resultado negativo mais baixo da migração interestadual ocorreu não em função de aumentos na imigração, mas principalmente em decorrência de uma forte contenção da emigração. As atratividades observadas nas décadas anteriores em termos de emprego, fontes de renda e possibilidades de ascensão social fora do Estado já não eram as mesmas, fazendo com que a população que se dispunha a migrar não se arriscasse em longos trajetos. Por outro lado, o Paraná constitui uma das áreas brasileiras que, nesse período, passou a se beneficiar de um processo mais amplo de desconcentração

industrial a partir do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com todos os efeitos multiplicadores daí decorrentes.<sup>2</sup> O fenômeno da migração de retorno faz parte desse processo. Inúmeros estudos<sup>3</sup> confirmam que, nas últimas décadas, áreas tradicionalmente expulsoras de população, como Minas Gerais, Nordeste do Brasil, Paraná<sup>4</sup>, passaram a receber significativos fluxos migratórios de retorno, seja porque os que haviam emigrado obtiveram êxito e retornaram para se estabelecer em melhores condições em suas regiões de origem, seja porque a emigração redundou em fracasso, provocando um retorno em busca das redes sociais e de parentesco de proteção ou, ainda, mas não menos importante, porque as principais transformações na estrutura produtiva hegemônica do país se desenvolveram, nesse período, com um perfil desconcentrador, abarcando, em maior ou menor grau, essas áreas, dentre as quais o Paraná.

Se a relevância dos movimentos migratórios interestaduais para a dinâmica do crescimento populacional do Paraná no transcorrer da segunda metade do século XX é inquestionável, as migrações intraestaduais igualmente sempre estiveram presentes em ritmo intenso, contribuindo para a delimitação dos espaços ganhadores e perdedores de população no Estado. Estão inseridas nesta categoria todas as transferências de residência entre municípios do Estado, lembrando inclusive que tais transferências podem se dar entre distintas combinações de setores: 1) mudança de residência a partir do setor rural de um município com destino ao setor rural de outro município; 2) saída do setor rural de um município em direção à área urbana do outro município; 3) troca intermunicipal com origem urbana e destino urbano; e 4) troca com origem urbana e destino rural. É bem verdade que durante um longo período prevaleceram em volume os fluxos interestaduais, porém no final do século passado, com o arrefecimento dos deslocamentos de mais longa distância, as migrações intermunicipais, intraestaduais, adquiriram maior peso.

---

<sup>2</sup> Inúmeros são os estudos que mencionam esse processo. Ver, entre outros, Diniz (1993), Cano (1995), Diniz & Crocco (1996), Pacheco & Patarra (1998).

<sup>3</sup> Ribeiro (1997), Magalhães (2003) e Cunha & Baeninger (2005).

<sup>4</sup> Magalhães (2003) aponta que na década de 1970 cerca de 73 mil pessoas naturais do Paraná voltaram a residir no Estado, representando 13,6% do conjunto de imigrantes interestaduais da década. No decênio seguinte, o número de naturais retornados elevou-se para 249 mil, alcançando 40,1% do total da categoria de imigração interestadual do período. Cunha e Baeninger (2005) apresentam um volume de quase 294 mil naturais retornados para o Paraná entre 1990/2000, ou seja, 38,9% dos imigrantes interestaduais da década. É importante lembrar que esses números não refletem toda a imigração de retorno para o Paraná, pois não contempla os não paranaenses (por exemplo, gaúchos, catarinenses, mineiros, paulistas etc.) que, em épocas anteriores, residiam nesse Estado, emigraram para outras regiões do País e, ao efetuarem migração de retorno, o fizeram para o Paraná, e não para seus estados de naturalidade.

## 2 CARACTERÍSTICAS DAS TENDÊNCIAS ATUAIS

Os resultados da Contagem Populacional de 2007 apontaram um volume de quase 10,3 milhões de habitantes para o Estado, que traduz um crescimento anual de 1,1% a.a., no período 2000-2007, e um grau de urbanização de 84,1%, porém com grande variabilidade espacial. É importante notar que o ritmo de crescimento vegetativo estimado para o Paraná para o primeiro decênio de 2000 está em torno de 1,0% ao ano, fato que indica para o Estado uma situação atual de saldos migratórios interestaduais praticamente nulos. Os resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos 2000 confirmam essa tendência ao apontarem volumes de imigração anual que o Paraná recebe sendo contrabalançados por volumes semelhantes de emigração anual que perde (tabela 3).

TABELA 3 - FLUXOS MIGRATÓRIOS DE DATA FIXA - PARANÁ - 1986/1991, 1995/2000, 1997/2002 E 2002/2007

TIPO DE FLUXO	CENSO DEMOGRÁFICO		VARIACÃO (%)	PNAD	
	1986/1991	1995/2000		1997/2002	2002/2007
Intermunicipais (intraestadual)	766.308	753.685	-1,6	...	...
Interestaduais					
Imigrantes	269.078	297.311	10,5	268.202	199.786
Emigrantes	451.857	322.655	-28,6	281.095	220.863
Trocas líquidas	-182.779	-25.344	-86,1	-12.893	-21.077
Internacional					
Imigrantes	7.380	32.011	333,8	37.100	27.169
Emigrantes	...	...	...	...	...

FONTES: IBGE - Censos Demográficos, PNADs

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

No âmbito do tema das migrações, é necessário que se mencione a questão dos movimentos migratórios internacionais<sup>5</sup>. Os Censos Demográficos e as PNADs das últimas décadas sempre se reportaram à entrada de imigrantes estrangeiros no Estado, porém em volumes muito baixos. A mensuração das emigrações internacionais do país, por outro lado, inexistente, pois não se dispõe de registros administrativos destinados a captar essa informação. A partir dos anos 1980 a mídia nacional passou a noticiar com frequência a existência de fluxos mais significativos de brasileiros emigrando para países como Estados Unidos e Japão, atraídos pelas possibilidades de engajamento em atividades pouco exigentes em termos de qualificação técnica e experiência laboral, mas que propiciavam rendimentos suficientes para o sustento da sobrevivência e para a formação de pequenas poupanças, destinadas, em geral, à melhoria das condições de vida pessoais e das famílias, no local de

<sup>5</sup> A produção de estudos e pesquisas que tratam das migrações internacionais no Brasil vem crescendo fortemente. Ver, entre outros, Patarra (1996a), Patarra (1996b), Reis & Sales (1999), CNPD (2001).

origem, no Brasil. Nos anos 1990, novamente inúmeras fontes jornalísticas e resultados de pesquisas acadêmicas apontaram a intensificação dos fluxos de emigração internacional, com destinos também para alguns países europeus – Portugal, Itália, Espanha. Sabe-se que o Paraná é uma das Unidades da Federação de onde partem alguns desses fluxos, notadamente para o Japão e alguns países europeus, porém não há indícios de que tais fluxos sejam expressivos. Essa questão virá à luz a partir do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que incluiu no questionário básico um quesito indagando se no último ano algum morador do domicílio pesquisado transferiu residência para fora do país. Em caso afirmativo, indaga-se o nome do país de destino.

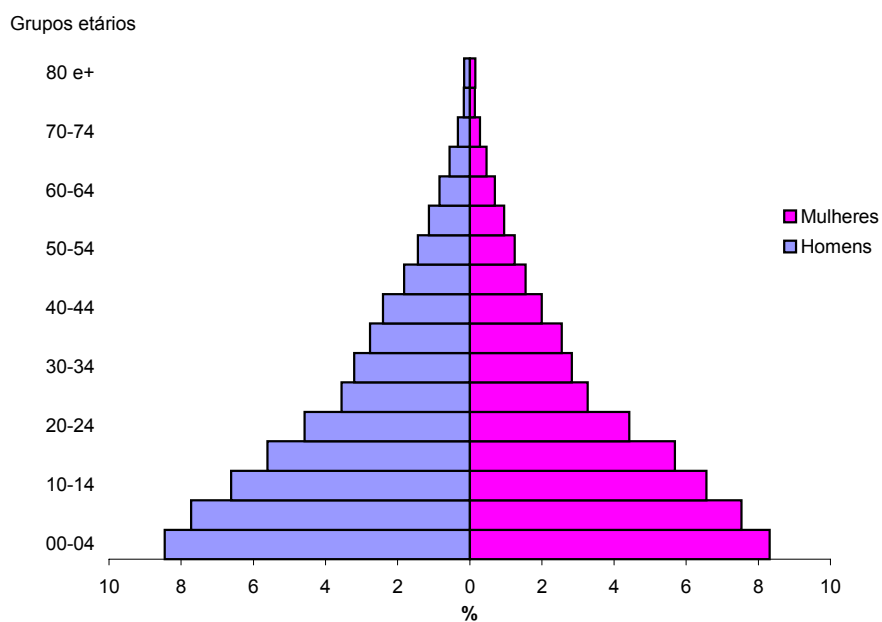
Associadas às tendências da mortalidade, da fecundidade e das migrações internas, as fortes mudanças demográficas do Paraná também vêm sendo visíveis sob o prisma da estrutura etária da população e de sua composição por sexo. A partir da interação sinérgica dos efeitos da queda da fecundidade e da mortalidade e dos intensos processos migratórios, a população paranaense adquiriu uma trajetória de contínuo envelhecimento de sua estrutura etária, traduzido pela drástica redução dos segmentos etários mais jovens, por ritmos de crescimento da população em idade ativa (PIA) mais elevados do que os da população total e por taxas expressivas de crescimento dos idosos (gráficos 2 e 3 e tabela A.3). Vale observar que tais tendências ocorrem tanto na população masculina quanto na feminina. No entanto, as marcas demográficas resultantes da rápida e intensa transformação econômica e social do Paraná de um padrão quase que exclusivamente agrícola, rural e absorvedor de migrantes para o de uma sociedade urbano-industrial, porém expulsora de população para além fronteiras, ficam evidentes ao se observarem as mudanças operadas na composição por sexo da população do Estado, em seus diversos segmentos etários, ao longo do tempo (gráfico A.1). Até 1980 as razões de sexo<sup>6</sup> dos contingentes demográficos em idade de trabalhar denotavam expressiva predominância masculina, condizente com o perfil agrícola/rural predominante até então na estrutura econômica e do mercado de trabalho do Estado. A partir dos dados censitários de 1991, verifica-se uma forte tendência de feminização da PIA em todos os grupos etários. É importante destacar que, para os idosos, o predomínio da população feminina se deve, principalmente, ao fenômeno da sobremortalidade masculina.

---

<sup>6</sup> A razão de sexo, quando apresentada em porcentual, indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

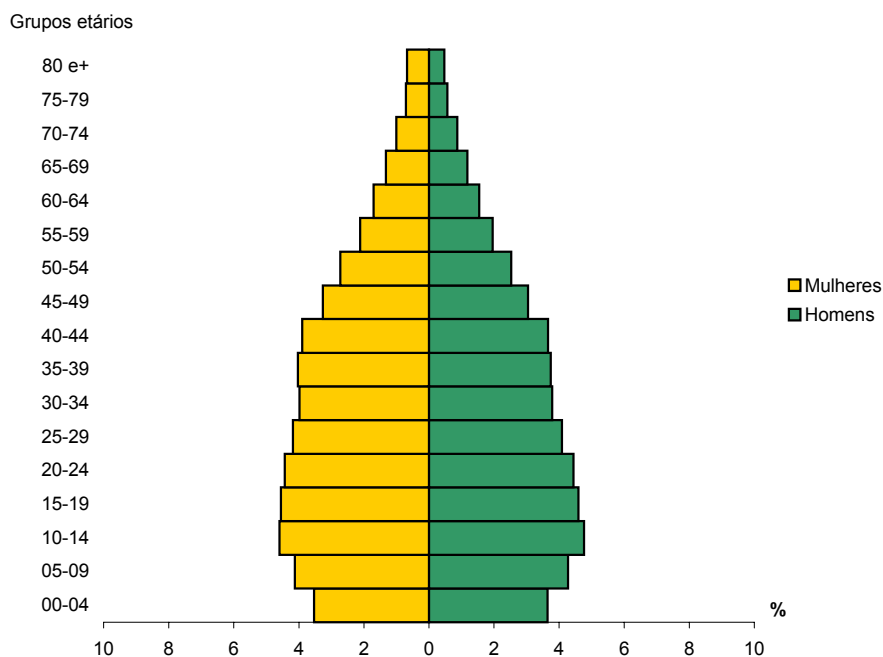


GRÁFICO 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO - PARANÁ - 1970



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

GRÁFICO 3 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE - Contagem da População

No espaço intraestadual, tais processos dos últimos 50 anos desenvolveram-se de forma heterogênea e com intensidades distintas ao longo do tempo, imprimindo dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional e provocando reordenamentos contínuos da

distribuição espacial da população. Nesse contexto, duas tendências se delinearam regionalmente no Estado.<sup>7</sup> Algumas áreas, a partir da década de 1970, sofreram expressivas perdas populacionais<sup>8</sup>, principalmente em decorrência dos efeitos da modernização da agricultura, que reconfigurou processos de produção no meio rural, dispensando grandes volumes de mão de obra (tabela 4 e mapa A.2). Outras, sob o impacto da dinâmica econômica em transformação, que impulsionou o perfil industrial e as atividades de serviços do Estado, se consolidaram como espaços de concentração populacional (mapa A.3) e de marcada urbanização<sup>9</sup> (mapa A.4).

TABELA 4 - TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTERMESORREGIONAIS E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 1986/1991 E 1995/2000

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	1986/1991			1995/2000		
	Intermesor-regionais	Interestaduais	Total	Intermesor-regionais	Interestaduais	Total
Noroeste	-24.140	-44.639	-68.779	-12.647	-9.770	-22.417
Centro-Occidental	-16.198	-20.484	-36.682	-19.506	-12.563	-32.070
Norte Central	18.995	-28.165	-9.170	7.835	9.751	17.586
Norte Pioneiro	-21.346	-30.006	-51.352	-9.762	-4.301	-14.063
Centro-Occidental	-8.459	-2.863	-11.322	-2.645	1.050	-1.595
Oeste	-1.176	-31.110	-32.286	-17.084	-16.760	-33.844
Sudoeste	-19.997	-31.481	-51.478	-16.589	-18.956	-35.545
Centro-Sul	-12.646	-12.091	-24.737	-11.716	-8.192	-19.907
Sudeste	-4.030	-1.453	-5.483	-8.658	-3.006	-11.664
Metropolitana de Curitiba	88.997	19.513	108.510	90.771	37.404	128.175
PARANÁ	0	-182.779	-182.779	0	-25.344	-25.344

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Nos anos 2000-2007, a taxa de crescimento da população urbana permaneceu elevada (ver tabela 1), ainda que tenha sofrido uma queda acentuada em relação ao nível de 1991-2000. Mas o que chama a atenção é o acentuado refreamento do ritmo de perda populacional do campo paranaense. A Contagem de População de 2007 revelou um estoque superior a 1,6 milhão de habitantes no meio rural, volume ainda considerável de população. É bem verdade que, quanto menor o volume da população rural, menor tende a ser o ritmo de decréscimo nos períodos subsequentes. É preciso considerar também o fato de que, não raro, há um descompasso entre a expansão populacional para fora dos limites de perímetro urbano definido pelas legislações municipais e o ajuste dessas legislações. Assim, muitas vezes um Censo Demográfico ou uma Contagem Populacional classifica como população rural contingentes de moradores que deveriam ser considerados

<sup>7</sup> O mapa A.1, anexo, apresenta a malha municipal do Estado e define os contornos da regionalização trabalhada nesta Nota Técnica – Mesorregiões Geográficas, do IBGE, e regiões metropolitanas oficiais do Paraná.

<sup>8</sup> Em particular, vastas áreas das Mesorregiões Geográficas Norte Pioneiro, Norte Central, Noroeste, Centro-Occidental, Oeste e Sudoeste Paranaense.

<sup>9</sup> Destaque para as Regiões Metropolitanas de Curitiba (mesorregião Metropolitana de Curitiba) e de Londrina e Maringá (ambas na mesorregião Norte Central).

urbanos,<sup>10</sup> se a Câmara de Vereadores do município revisasse legalmente os contornos da área urbana municipal *pari passu* à expansão populacional. Mesmo com essas ressalvas, é possível supor que alguns fatores econômicos ou sociais que prevaleceram na década atual e cujos efeitos rebatem sobre a vida rural – dentre outros, fases prolongadas de preços favoráveis das *commodities* no mercado internacional, maior integração de pequenos agricultores às agroindústrias paranaenses, os benefícios da previdência rural, programas sociais, como o Bolsa Família – possam ter motivado, em maior ou menor grau, a permanência de pessoas residindo no campo.

As tendências de declínio da fecundidade e da mortalidade abrangem todas as regiões do Estado, ainda que os níveis apresentados atualmente por essas variáveis se diferenciem espacialmente (mapas A.5 e A.6). Sob um panorama geral, observa-se que as regiões por onde inicialmente expandiu-se fortemente a fronteira agrícola do Estado – o grande Norte e o Oeste –, e que nas décadas seguintes configuraram as principais áreas de emigração interestadual, bem como a parcela mais densamente povoada da Região Metropolitana de Curitiba, evidenciam níveis mais baixos de fecundidade<sup>11</sup> e índices de expectativa de vida ao nascer mais elevados (incluir, neste caso, a região Sudoeste). Por outra parte, o Centro-Sul, as porções norte e leste da mesorregião Metropolitana de Curitiba – integradas, respectivamente, por municípios pertencentes à área do Vale do Ribeira e ao Litoral – e parcela substantiva da região polarizada por Ponta Grossa (mesorregião Centro-Oriental) detêm níveis mais elevados de reprodução da população. De certa forma, tais áreas revelam também situações menos favoráveis no que tange aos níveis de mortalidade.

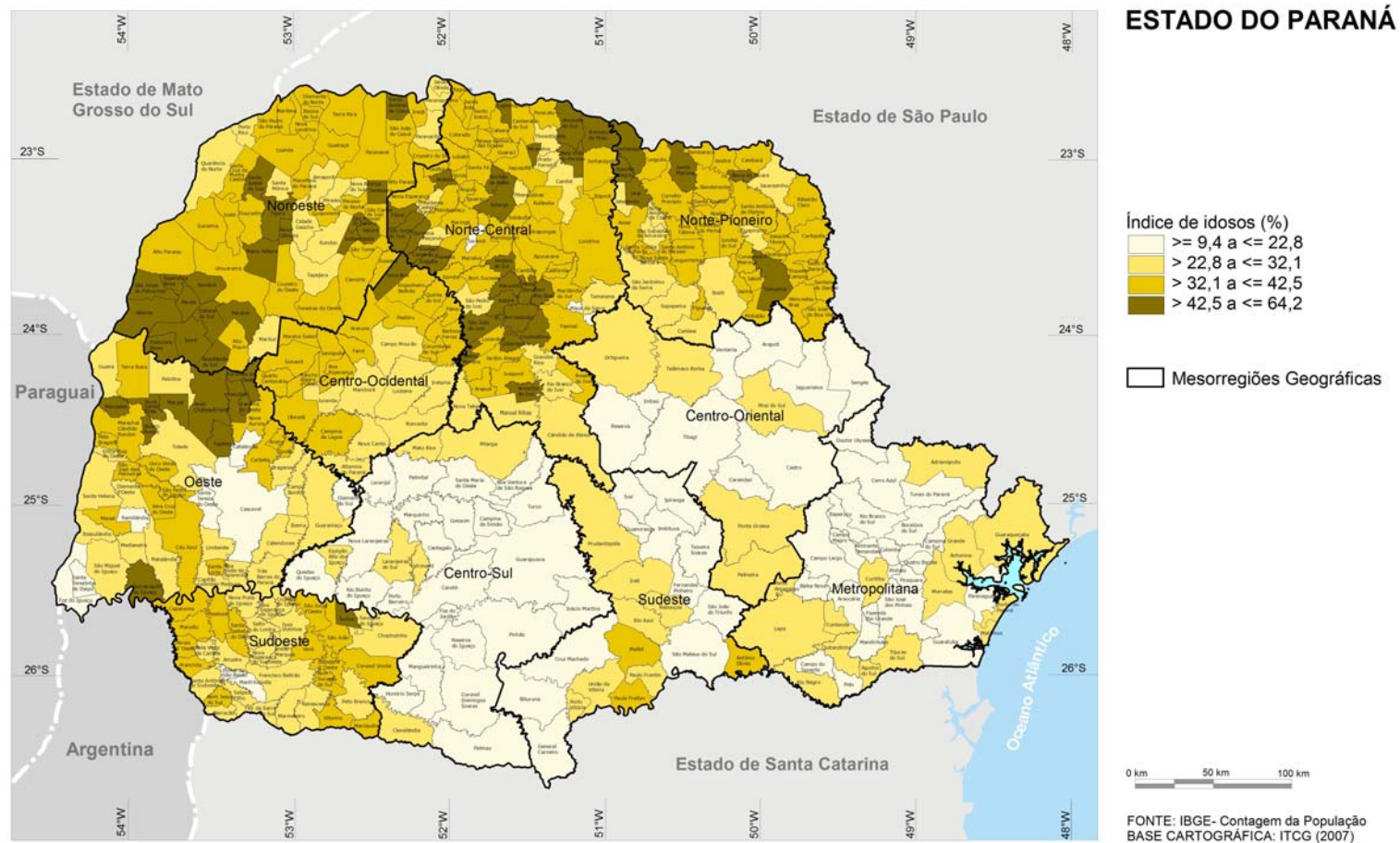
Diversidades regionais igualmente são visíveis do ponto de vista do envelhecimento populacional e da composição por sexo dos habitantes. O índice de idosos, que mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos, cresce significativamente em todas as regiões do Estado, entre 1991 e 2007 (tabela A.4). Mas os níveis se diferenciam espacialmente. Segundo os resultados da Contagem Populacional de 2007, do IBGE, as principais áreas do Estado que apresentavam proporções superiores a 32,1 idosos para cada 100 jovens residentes abrangiam as mesorregiões setentrionais (Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro) e parte da mesorregião Oeste (mapa 1). As demais mesorregiões evidenciavam índices abaixo de 30, destacando-se a do Centro-Sul, com índice de idosos abaixo de 20. Também no que diz respeito à distribuição dos habitantes entre homens e mulheres (mapa 2 e tabela A.4), observa-se, no período, uma nítida tendência ao aumento da predominância feminina na quase totalidade das regiões, notando-se, da mesma forma, a ocorrência de disparidades regionais de níveis.

---

<sup>10</sup> É o que acontece, por exemplo, quando ocorre a expansão de loteamentos residenciais nas periferias das cidades.

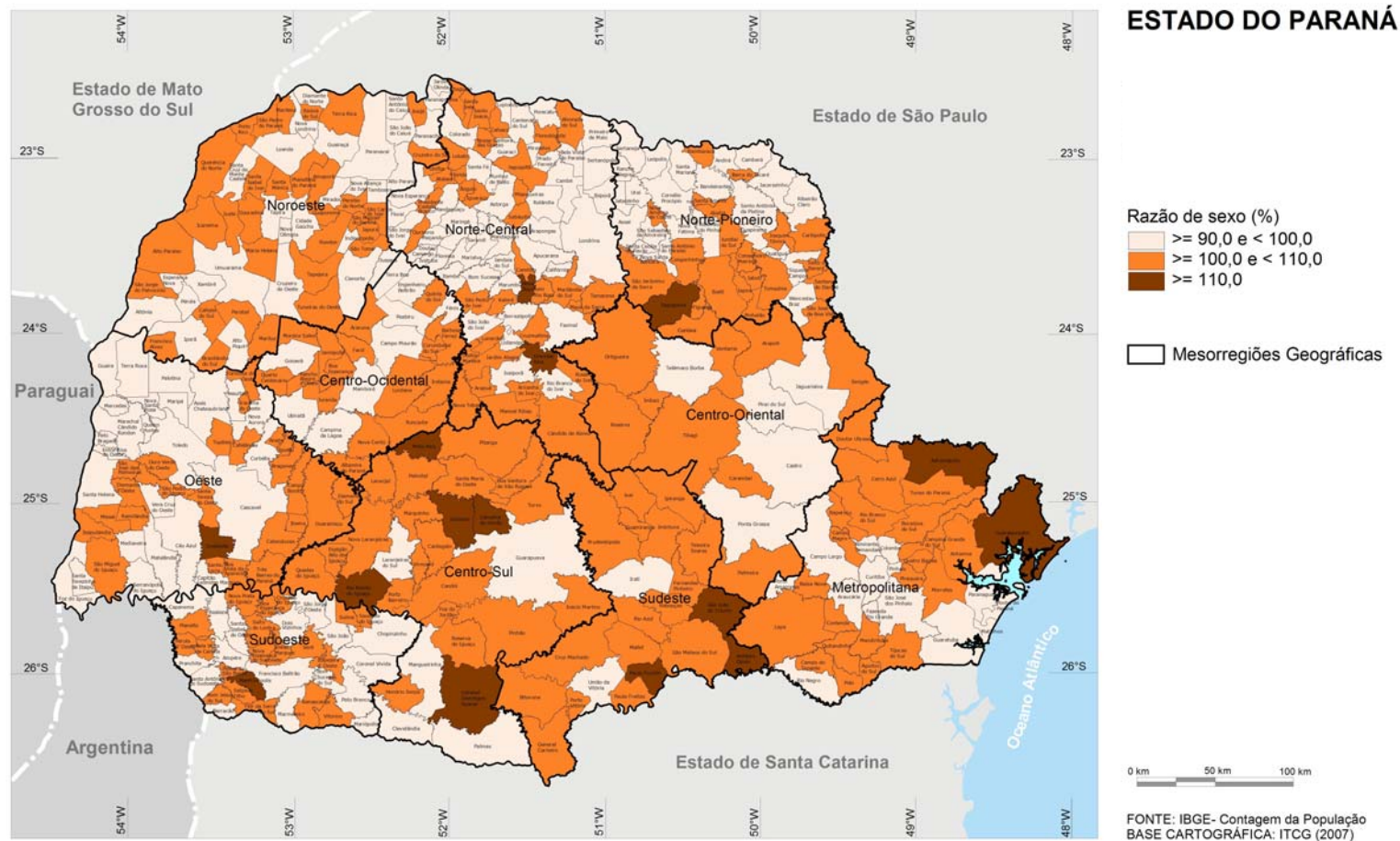
<sup>11</sup> Há uma extensa bibliografia no país que discute o processo brasileiro de declínio da fecundidade e seus prováveis determinantes. Ver, entre outros, Carvalho *et al.* (1981), Martine (1989) e Faria (1989). De forma geral, os fatores apontados nesses estudos contribuem enormemente para uma melhor compreensão dos elementos subjacentes à redução da fecundidade no Paraná, em particular sob o ponto de vista dos diferenciais regionais que se observam.

MAPA 1 - ÍNDICE DE IDOSOS SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007



NOTA: O índice de idosos mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos.

MAPA 2 - RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007



NOTA: A razão de sexo, quando apresentada em percentual, indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

## 2.1 SINALIZAÇÕES DOS RESULTADOS PRELIMINARES DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

O IBGE divulgou recentemente os primeiros resultados dos contingentes populacionais recenseados em 2010 em todos os municípios brasileiros.

No que diz respeito ao Paraná, os dados preliminares apontam um volume total de cerca de 10,267 milhões de habitantes (tabela 5), ligeiramente abaixo do número levantado pela Contagem Populacional de 2007 (10,285 milhões de pessoas). Ainda que o fechamento definitivo do Censo de 2010 apresente um total maior de habitantes que, inclusive, ultrapasse o dado de 2007, é inevitável que tal resultado expresse um declínio acentuado do ritmo de crescimento populacional do Estado, na década 2000/2010.

TABELA 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE, VARIAÇÃO ABSOLUTA E PROPORCIONAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 1991, 2000 E 2010

MESORREGIÃO/REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO RESIDENTE			VARIAÇÃO				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000		2000/2010		1991-2000	2000-2010
				Abs.	Proporcional (%)	Abs.	Proporcional (%)		
Meso Noroeste	655.509	641.084	674.901	-14.425	-1,3	33.817	4,8	-0,25	0,52
Meso Centro-Occidental	387.451	346.648	332.686	-40.803	-3,7	-13.962	-2,0	-1,24	-0,41
Meso Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.006.870	190.391	17,1	177.802	25,3	1,24	0,93
Meso Norte Pioneiro	555.339	548.190	543.595	-7.149	-0,6	-4.595	-0,7	-0,15	-0,08
Meso Centro-Oriental	547.559	623.356	680.200	75.797	6,8	56.844	8,1	1,46	0,88
Meso Oeste	1.016.481	1.138.582	1.208.051	122.101	11,0	69.469	9,9	1,28	0,59
Meso Sudoeste	478.126	472.626	495.758	-5.500	-0,5	23.132	3,3	-0,13	0,48
Meso Centro-Sul	501.562	533.317	540.636	31.755	2,9	7.319	1,0	0,69	0,14
Meso Sudeste	348.483	377.274	403.011	28.791	2,6	25.737	3,7	0,89	0,66
Meso Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.381.029	733.787	65,8	327.716	46,6	3,13	1,02
RM de Curitiba	2.101.681	2.768.394	3.065.787	666.713	59,8	297.393	42,3	3,14	1,03
RM de Londrina	551.019	678.032	749.807	127.013	8,6	71.775	10,2	1,71	1,01
RM de Maringá	381.569	497.254	600.682	115.685	8,5	103.428	11,8	2,28	1,50
Região Não Metropolitana	5.414.444	5.619.778	5.850.461	205.334	23,2	230.683	35,7	0,53	0,44
PARANÁ	8.448.713	9.563.458	10.266.737	1.114.745	100,0	703.279	100,0	1,40	0,71

FONTES: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e de 2000 e resultados preliminares do Censo Demográfico de 2010

Com base nas indicações atuais, a população paranaense sofreu um acréscimo aproximado de 700 mil pessoas entre 2000 e 2010, bastante inferior à variação observada entre os Censos de 1991 e de 2000 – 1,115 milhão. Se no último decênio do século XX o ritmo de crescimento da população do Estado se deu, em média, a 1,4% a.a., na atual década essa taxa declinou para 0,7% a.a., inferior, inclusive, às taxas observadas nas décadas de 1970 e de 1980, representativas do período de maior emigração para fora do Estado e as mais baixas dentre todos os estados brasileiros. No entanto, seguramente o grande peso determinante para a drástica redução da taxa de crescimento atual advém da

igualmente drástica queda da taxa de crescimento vegetativo da população paranaense, impulsionada pela célere redução da fecundidade.<sup>12</sup>

As mesorregiões que mais contribuíram para a variação absoluta da população na última década foram a Metropolitana de Curitiba, a Norte Central e a Oeste, as mais populosas do Estado. Observa-se, no entanto, que a participação da mesorregião Metropolitana de Curitiba no crescimento absoluto teve uma queda acentuada entre os períodos analisados, caindo de 65,8%, no período 1991/2000, para 46,6% no decênio 2000/2010. A mesorregião Norte Central elevou seu peso no incremento populacional de 17,1%, no período anterior, para 25,3%, na década atual, e a Oeste apresentou, até o momento, uma queda de 11% para 9,9% entre um período e outro.

Por outro lado, duas mesorregiões, Noroeste e Sudoeste, apresentaram inversão na tendência de crescimento entre um decênio e outro. De perdedoras de população entre 1991 e 2000, passaram a registrar incrementos positivos entre 2000 e 2010. As mesorregiões Centro-Ocidental e Norte Pioneiro, por seu turno, mantiveram perdas absolutas de população, ainda que em volumes menores.

A despeito dessas peculiaridades, a tendência das últimas décadas de distribuição espacial da população entre as distintas regiões pouco se alterou (tabela 6). As participações percentuais da população das mesorregiões Centro-Ocidental, Norte Pioneiro e Centro-Sul seguem perdendo peso na população total do Estado. Por outro lado, a Metropolitana de Curitiba, a Norte Central e a Oeste de certa forma mantêm a magnitude das suas participações.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 1991, 2000 E 2010

MESORREGIÃO/REGIÃO METROPOLITANA	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)		
	1991	2000	2010
Meso Noroeste	7,8	6,7	6,6
Meso Centro-Ocidental	4,6	3,6	3,2
Meso Norte Central	19,4	19,1	19,5
Meso Norte Pioneiro	6,6	5,7	5,3
Meso Centro-Oriental	6,5	6,5	6,6
Meso Oeste	12,0	11,9	11,8
Meso Sudoeste	5,7	4,9	4,8
Meso Centro-Sul	5,9	5,6	5,3
Meso Sudeste	4,1	3,9	3,9
Meso Metropolitana de Curitiba	27,5	31,9	32,9
RM de Curitiba	24,9	28,9	29,9
RM de Londrina	6,9	7,1	7,3
RM de Maringá	5,0	5,4	5,9
Região Não Metropolitana	63,2	58,6	57,0
PARANÁ	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

<sup>12</sup> À medida que os resultados definitivos do Censo Demográfico de 2010 forem se tornando disponíveis, no transcorrer de 2011 e 2012, poderão ser produzidas inúmeras estimativas relacionadas às variáveis demográficas do Paraná que servirão para qualificar tais processos.

Do ponto de vista das Regiões Metropolitanas oficiais do Estado, alguns aspectos merecem destaque. As taxas anuais de crescimento das 3 RMs situam-se acima da média do Estado, apontando a continuidade do processo de concentração populacional nessas áreas. Entretanto, é digno de nota o declínio acentuado do ritmo de crescimento da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 2000, em comparação ao decênio anterior. As duas outras RMs (Londrina e Maringá), bem como o restante não metropolitano do Estado, também sofreram reduções nas taxas de crescimento, mas bem menos acentuadas. É importante observar, também, que a Região Metropolitana de Maringá foi a que experimentou o maior ritmo de incremento populacional, evidenciando um dinamismo diferenciado dessa aglomeração relativamente às demais.

Convém salientar, ainda, algumas evidências pontuais que os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2010 geraram, sob o prisma das áreas de crescimento e de esvaziamento demográfico do Estado, na atualidade (mapa A.7). Grosso modo, as principais aglomerações populacionais que já estavam presentes no mapa do Paraná nas últimas décadas do século passado se mantêm – eixo litoral/Curitiba/Ponta Grossa, no Leste, aglomerados de Londrina e Maringá, no Norte, e eixo Cascavel/Toledo/Marechal Cândido Rondon, no Oeste. Nesta última região, entretanto, a grande mudança refere-se ao município de Foz do Iguaçu que, surpreendentemente, evidenciou decréscimo absoluto de população entre 2000 e 2010, ao passo que se destacava nos períodos anteriores com elevadas taxas de incremento demográfico.

Duas outras manchas de crescimento populacional despontam no mapa estadual. A primeira, a área em torno de Telêmaco Borba, na mesorregião Centro-Oriental, impulsionada pela expansão significativa de atividades madeireiras e de reflorestamento. A segunda espalha-se no interior da mesorregião Noroeste e associa-se fortemente à tendência recente de diversificação da produção industrial na região, envolvendo atividades como confecção, açúcar e álcool e carne.

### **3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

A análise do panorama demográfico atual do Estado possibilita elencar um conjunto de tendências, e de fatores a elas subjacentes, identificando-se os processos que dão mostras de perdurar e aqueles que se entrelaçam com a dinâmica populacional de outras regiões brasileiras e, portanto, mostram-se mais variáveis e mais complexos de se determinar.

O componente vegetativo do crescimento populacional do Paraná tende a manter um ritmo declinante, uma vez que a fecundidade permanece em seu movimento de redução, devendo mantê-lo no curto e médio prazo. Se não houver nos próximos anos uma reversão no processo migratório interestadual do Paraná que resulte em entradas líquidas populacionais de magnitudes consideravelmente superiores às saídas, portanto, saldos



migratórios positivos de monta, o Estado poderá atingir o final da segunda década dos anos 2000 com taxas de crescimento bem inferiores a 1% ao ano.

Entretanto, o peso da migração interestadual na dinâmica demográfica do Estado depende de um espectro de fatores bem mais amplo, ligados tanto à performance do próprio Paraná quanto à das outras unidades da federação, em particular aquelas com as quais as trocas migratórias vêm sendo mais intensas – São Paulo, demais estados do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.<sup>13</sup>

Do ponto de vista intraestadual, as perspectivas para todas as regiões também são de manutenção da tendência de declínio do crescimento vegetativo. Nesse caso, o fiel da balança, de modo geral, recairá sobre a performance das migrações que, dependendo dos volumes e dos saldos – se positivos ou negativos –, definirão as áreas do Estado que mais crescerão demograficamente ou que sofrerão esvaziamento.

Sem dúvida alguma, os aglomerados já consolidados tendem a permanecer concentrando população e atividades produtivas. Porém, já nos anos 2000 outras áreas do Estado vêm se dinamizando economicamente,<sup>14</sup> podendo, no curto prazo, experimentar elevação dos seus incrementos populacionais. A despeito desse cenário, é preciso alertar para o fato de que, em 2010, as 3 regiões metropolitanas concentram, em conjunto, 43% da população estadual, percentual que, em 2000, era de 41,4% e, em 1991, de 36,8%. Na ausência de medidas urgentes que induzam, de forma coordenada, um reordenamento espacial da população paranaense, essa trajetória concentracionista tende a perdurar.

Do exposto, resulta inequívoca a relevância da variável migratória para a dinâmica demográfica paranaense. A bem da verdade, as migrações constituem uma parte essencial do modo de funcionamento do conjunto da sociedade brasileira.

A partir de uma densa e minuciosa investigação dos fluxos migratórios nacionais predominantes no transcorrer da década de 1990 e nos primeiros anos do decênio 2000, Baeninger (2008) aponta nas migrações internas do país a observância de novos arranjos, desdobramentos, *novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais* (BAENINGER, 2008, p.5). Para a autora,

[...] no início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

---

<sup>13</sup> Lourenço (2010, p. 29) alerta que as perspectivas de crescimento e diversificação da economia paranaense para os próximos anos esbarram em barreiras regionais exógenas, decorrentes, por um lado, de obstáculos fiscais e infraestruturais à atração de grandes investimentos e, por outro, à tendência que se vislumbra de forte recuperação do poder competitivo da Região Sudeste brasileira, à luz dos impactos das inversões do pré-sal, dos estímulos que certamente resultarão do conjunto de preparativos exigidos à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, e dos projetos já previstos para as atividades de maior densidade tecnológica, na indústria e nos serviços.

<sup>14</sup> Delgado & Besen (2009).

O descolamento da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno (BAENINGER, 2008, p.4-5).

A história recente das migrações no Paraná parece condizente com essa interpretação. Embora todos os binômios relacionais elencados pela autora se encaixem na trajetória do desenvolvimento paranaense dos últimos anos, parece inquestionável que a miríade de modalidades migratórias que o Estado apresenta requer conjuntos explicativos mais complexos.

O estudo de Baeninger confirma a continuidade de resultados negativos nas trocas interestaduais do Paraná para os primeiros anos da década atual, porém em volumes insignificantes, quase nulos. Nesse contexto, a autora chama a atenção para o fato de que as trocas migratórias atuais com o estado de São Paulo resultam positivas para a unidade paranaense, sendo que esta apresenta saldo negativo com Santa Catarina. Aliás, o estado catarinense, nesse período, vem sistematicamente apresentando saldos migratórios interestaduais positivos, tanto nas suas trocas com os dois estados vizinhos, quanto com o restante do país.

Por outro lado, as migrações de retorno ao Paraná necessitam ser melhor compreendidas, pois os montantes e direcionamentos dos fluxos podem contribuir para uma maior compreensão dos fatores que estejam impulsionando os movimentos internos. Em estudo anterior, Magalhães (2003) identificou que, do conjunto de imigrantes de última etapa que o Estado recebeu na década de 1980, as maiores proporções de migrantes retornados (nascidos no Paraná) adotaram como destino as áreas que mais vinham sofrendo perdas migratórias para fora do Estado, fenômeno sugestivo de que esses estavam retornando aos seus locais de origem. Em contrapartida, para as regiões de maior dinamismo econômico e que vinham apresentando crescimento demográfico mais expressivo, as proporções de imigrantes retornados em relação ao total de imigrantes recebidos eram menores, verificando-se um indicativo claro do poder de atração migratória dessas áreas.

No entanto, a conhecida referência em demografia de que, via de regra, as pessoas migram em busca de melhores condições de vida, empregos, rendimentos, certamente permanece valendo com grande força. Nesse particular, cabe mencionar que a região Oeste paranaense, que em decênios anteriores vinha perdendo expressivos contingentes populacionais, nos anos 2000 evidencia uma relativa capacidade de retenção populacional, ou até

mesmo de ganhos migratórios, em decorrência do desempenho mais recente de sua estrutura produtiva, marcado por um expressivo aumento do emprego industrial (IPARDES, 2008).

Mantendo ainda o foco sobre as relações entre emprego e migrações, é interessante mencionar que recente publicação do IPEA apresenta resultados de uma projeção para 2010 do balanço entre demanda e oferta de mão de obra qualificada estimadas para todas as unidades da federação brasileira, com base no comportamento do mercado de trabalho nacional demonstrado no período 2004-2008 e das sinalizações decorrentes do impulso de crescimento econômico em curso no país (IPEA, 2010). De acordo com o estudo, apenas alguns estados, como Paraná e Santa Catarina, [...] *poderão registrar escassez de mão de obra qualificada e com experiência profissional* (IPEA, 2010, p.13).

Em suma, tais considerações representam apenas um esforço sintético de contextualizar o cenário em que atuam os múltiplos tipos de movimentos migratórios no Brasil e no Paraná, bem como de sinalizar para os fatores a eles subjacentes, já que parte significativa da dinâmica demográfica do Estado tem sido construída a partir do pilar migratório. Planejar os rumos do Paraná requer, portanto, vislumbrar as perspectivas desse fenômeno em sua organicidade com o desenvolvimento estrutural do Estado.

Ainda do ponto de vista prospectivo, estima-se que o processo de urbanização, traduzido pelo aumento dos índices de grau de urbanização, prossiga. Da mesma forma, deve se manter a tendência de feminização da população em todo o Estado – embora essa dinâmica se associe intimamente aos movimentos migratórios que passem a prevalecer<sup>15</sup> –, exceto no que tange aos grupos etários idosos, em que a sobrevivência masculina tem grande peso.

Entretanto, nesse conjunto de perspectivas, assume especial relevância o incremento acelerado do processo de envelhecimento da população paranaense, traduzido pela redução continuada do peso dos segmentos etários infantil e jovem e concomitante aumento das proporções de população adulta e idosa. Tais transformações causam impactos diretos e de significativa monta sobre distintas esferas de funcionamento da economia e da sociedade, tais como mercado de trabalho, perfil dos segmentos consumidores, sistemas previdenciários, educacionais e de saúde, tanto públicos como privados.

As mudanças em curso na estrutura etária da população brasileira têm gerado substantivos estudos alertando sobre a importância que a demografia passou a representar no cenário do desenvolvimento socioeconômico nacional a partir dos efeitos gerados pela transição demográfica instaurada com o processo de declínio da mortalidade, seguido, na sequência, pelo declínio da fecundidade em todo o país. O âmago da questão, enfatizada por inúmeros especialistas no assunto, reside no chamado “bônus demográfico” ou também “janela de oportunidade demográfica” (ALVES, 2004; ALVES, 2008; RIOS-NETO et al., 2009;

---

<sup>15</sup>Via de regra, a migração é altamente seletiva por idade e por sexo.

KIELING, 2009). Isto porque, nas primeiras décadas do presente século, as pirâmides etárias da população brasileira estarão configurando razões de dependência<sup>16</sup> declinantes, o que significa dizer que as proporções dos segmentos populacionais inativos – representadas por pessoas abaixo de 15 anos de idade e pelos idosos, acima de 65 anos – estarão crescendo menos do que a proporção do conjunto da população economicamente ativa.

A menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico. (ALVES, 2004, p.3).

A relação entre bônus demográfico e prosperidade econômica, no entanto, não é automática (MELLONI, 2010). Existem hoje, no país, inúmeras mazelas sociais que precisam ser enfrentadas para que as “janelas de oportunidade” possam ser traduzidas em vantagens. Proporções significativas de jovens de 15 a 17 anos, no país, estão fora da escola e sua inserção atual ou dentro de poucos anos no mercado de trabalho restringe-se às ofertas de empregos que exigem baixa qualificação. O mesmo acontece com o grande volume de brasileiros acima de 25 anos de idade identificados como analfabetos funcionais. Mesmo para os que chegam à idade ativa com escolaridade, é grande o descompasso entre o nível de qualificação que apresentam e aquele que o mercado exige. No caso da mão de obra feminina, suas possibilidades de inserção e permanência no mundo do trabalho em geral vinculam-se estreitamente à disponibilidade de creches onde possam deixar seus filhos.

Assim, os benefícios da redução da carga de dependência somente poderão ser concretizados se o país adotar rapidamente um conjunto de medidas que deem sustentação às oportunidades em curso: sustentação dos ritmos atuais elevados de crescimento econômico com geração de empregos; elevação dos níveis de poupança atrelados ao aumento dos investimentos; incentivos ao aumento da formalização do mercado de trabalho nacional; manutenção ou, inclusive, aumento dos níveis de gastos com educação, que, menos pressionados pelo quantitativo populacional infante-juvenil, devem ser reorientados no sentido da melhoria da qualidade do ensino/aprendizado e da formação técnica dos jovens que entram no mercado de trabalho; reavaliação e reestruturação do sistema previdenciário nacional, temporariamente beneficiado pelo aumento do volume de contribuintes, porém condenado a suportar em breve volumes crescentes de idosos aposentados.

---

<sup>16</sup> Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Essas considerações são válidas igualmente para a população do Paraná. A exemplo do que acontece para o conjunto da população brasileira, as razões de dependência resultantes da dinâmica demográfica paranaense nos primeiros anos do século XXI se reduzem substancialmente, configurando um quadro de “janelas de oportunidade demográfica” para todas as mesorregiões do Paraná (tabela 7). Entretanto, é preciso ressaltar que, a despeito de as médias mesorregionais serem satisfatórias, os dados da Contagem Populacional de 2007 revelavam alguns conjuntos de municípios, localizados, em especial, nas áreas centro-sul e no Vale do Ribeira (ao norte da Mesorregião Metropolitana de Curitiba), com razões de dependência superiores a 50% (mapa A.8). No contexto estadual, essas constituem as principais áreas consideradas socialmente críticas (IPARDES, 2006).

TABELA 7 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 1991, 2000 E 2007

MESORREGIÃO/REGIÃO METROPOLITANA	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA <sup>(1)</sup> (%)		
	1991	2000	2007
Meso Noroeste	59,1	53,1	47,6
Meso Centro-Ocidental	62,4	55,0	48,8
Meso Norte Central	57,4	49,5	44,2
Meso Norte Pioneiro	63,6	55,4	49,4
Meso Centro-Oriental	64,7	56,8	50,8
Meso Oeste	61,2	53,0	46,9
Meso Sudoeste	64,0	55,3	48,5
Meso Centro-Sul	69,9	62,6	55,8
Meso Sudeste	65,5	58,3	52,3
Meso Metropolitana de Curitiba	57,3	49,4	43,8
RM de Curitiba	56,5	48,6	43,0
RM de Londrina	56,4	48,7	43,8
RM de Maringá	54,0	46,7	41,7
Região Não Metropolitana	62,9	55,3	49,3
PARANÁ	60,4	52,4	46,5

FONTES: IBGE - Censos Demográficos, Contagem da População

(1) Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A julgar pelas tendências atuais, nos próximos 20 ou 30 anos o Estado ainda estará usufruindo de relações etárias de sua população que denotam menores cargas de dependência. Essa é uma perspectiva de suma importância para o conjunto da sociedade estadual, que necessita ser incorporada urgentemente nas agendas do planejamento estratégico tanto dos setores públicos quanto das esferas privadas e de organizações não governamentais, se se pretende estimular o desenvolvimento da economia do Estado e, ao mesmo tempo, intervir para a redução das desigualdades sociais e regionais existentes.

É importante salientar que os desafios gerados pelas transformações demográficas em curso são bem mais amplos do que os relacionados nesta nota técnica.

Em paralelo ao intenso fluxo de migrantes no território paranaense, crescem em volume e importância os deslocamentos pendulares, constituídos pelos *movimentos das populações entre o local de residência e o local de trabalho e/ou estudo, quando estas localidades, do ponto de vista político-administrativo, são distintas. De forma simplificada, está implícita em seu conceito a ocorrência de deslocamentos de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: um deslocamento de ida para o local de trabalho e/ou estudo e outro de retorno ao local de residência* (DESCHAMPS *et al.*, 2008, p.3). Na maioria das vezes tais deslocamentos ocorrem diária ou semanalmente, com maior frequência envolvendo municípios, ou conjuntos deles, de maior porte e em aglomerações urbanas. Os impactos que esse fenômeno gera tanto nos locais de destino quanto nos de origem não podem ser desprezados. Nas áreas receptoras desse tipo de movimento intensificam-se as pressões sobre a infraestrutura de transportes, de serviços, lazer, alimentação, segurança. Isto sem mencionar os efeitos malévolos da aglomeração (aumento dos congestionamentos, de transportes e de informações, ampliação dos tempos de deslocamento, poluição ambiental e sonora, estresses, entre outros). Do ponto de vista dos locais de origem, tende a haver um retraimento das atividades comerciais e de serviços e uma consequente queda na circulação da renda local.

A questão do recente aumento dos níveis de gravidez das adolescentes interfere nas hipóteses das projeções demográficas, mas, acima de tudo, requer atenção especial de pais, educadores, gestores públicos.

De modo similar, a grave realidade de elevação alarmante do número de óbitos de jovens, em especial do sexo masculino, em situações decorrentes de acidentes de trânsito, assaltos, brigas de gangues, ou outras causas violentas, já é um condicionante que vem sendo considerado nas metodologias de projeção. Contudo, essa mazela social vem crescendo há mais de década, sem que se perceba efetivamente uma reação severa do conjunto da sociedade para interromper essa tendência.

Os ganhos permanentes, ao longo do tempo, de expectativa de vida para os grupos populacionais que atingem a terceira idade, representando um crescimento dos níveis de longevidade, para além de constituírem um fator a ser considerado por demógrafos vêm gerando situações de idosos ainda em ótimas condições de saúde, com grande potencial produtivo, demandando trabalho, lazer, alimentação, infraestrutura, adequados às suas idades.

Adicionalmente, crescentes proporções de idosos em um contexto de redução do tamanho das famílias, cujos membros historicamente abrigavam e cuidavam dos mais velhos, constituem um imenso desafio que passa a requerer do conjunto da sociedade e de todo o planejamento público um amplo reordenamento de normas, condutas, prioridades, infraestruturas e políticas sociais setoriais e de amparo, que possam gradualmente contribuir para um processo de envelhecimento mais digno da população do Estado.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio D. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. APARTE – Inclusão Social em Debate: Opiniões, 06/12/2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/usuarios/colunista.php?apelido=JEUSTAQUIO>>.
- ALVES, José Eustáquio D. (2008). **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008. 13p.
- BAENINGER, Rosana (2008). Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 21p. (Sessão Temática: Migração).
- CANO, Wilson (1995). Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luiz B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p.399-416. (Federalismo no Brasil).
- CARVALHO, José Alberto M. de. **Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1974. (Monografia, 8).
- CARVALHO, José Alberto M. de *et al.* **A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia, 12).
- COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2001). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. 672p.
- CUNHA, José Marcos P. da; BAENINGER, Rosana. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.43, p.87- 101, jan./abr. 2005.
- DELGADO, Paulo Roberto; BESEN, Gracia Maria V. Índice IPARDES de desempenho municipal – evolução do componente renda e emprego. **Nota Técnica IPARDES**. Curitiba: IPARDES, dezembro 2009. 12p.
- DESCHAMPS, Marley Vanice *et al.* **Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná - 2000**. Curitiba: IPARDES, 2008. 79p. (Primeira Versão, n.8).
- DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, v.31, n.11, p.35-64, set. 1993.
- DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.
- DIVERSIDADES brasileiras: um olhar demográfico**. São Paulo: ABEP: FNUAP, 1996. (Cartaz).
- FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS, 1989.
- INDICADORES e dados básicos para a saúde, 2009**. Disponível em: <[www.ripsa.org.br](http://www.ripsa.org.br)>.
- IPARDES. **Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80**. Curitiba: IPARDES, 1997. 180p.

IPARDES; IBGE. **Paraná Projeções de população por sexo e idade 1991-2020**. Curitiba: IPARDES; Rio de Janeiro: IBGE, 1999. vii + 40p.

IPARDES. **Os vários Paranás**: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2006. 90p.

IPARDES. **Oeste paranaense**: o 3.º espaço relevante – especificidades e diversidades. Curitiba: IPARDES, 2008. 206p. (Relatório de Pesquisa).

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1983. 81p.

IPEA. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil**: impactos do crescimento econômico pós-crise. Brasília: IPEA, 2010. 18p. (Comunicados do IPEA, 41).

KIELING, Rejane Inês. **Janela de oportunidade demográfica**: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil. Dissertação (Mestrado) – UFRGS/PPGE, Porto Alegre, 2009.

LOURENÇO, Gilmar M.. A macroeconomia brasileira e paranaense nos anos 2000. **Nota Técnica IPARDES**. Curitiba: IPARDES, n.7, out. 2010. 32p.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2003.

MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. **Ciência Hoje**, v.9, n.51, p.28-35, mar. 1989.

MELLONI, Eugênio. Demografia da produção. **Mundo Corporativo**, São Paulo: Deloitte, n.28, p.16-21, abr./jun. 2010.

PACHECO, Carlos A.; PATARRA, Neide L. (1998). Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. **Anais...** Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998. p.445-462.

PATARRA, Neide L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. São Paulo: FNUAP, 1996a. v.1.

PATARRA, Neide L. (Coord.). **Migrações internacionais**: herança XX, agenda XXI. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, Campinas: FNUAP, 1996b. v.2.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 1.º set. 2003.

REIS, Rossana R; SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. 311p.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. *et al.*. **Oportunidades perdidas e desafios críticos**: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD, 2009. 200p. (Demografia em Debate, v.3).



## TABELAS ANEXAS

TABELA A.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ - 1940/2007

ANO	POPULAÇÃO			GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS (%)
	TOTAL	Urbana	Rural		
1940	1.236.276	302.272	934.004	24,5	3,0
1950	2.115.547	528.288	1.587.259	25,0	4,1
1960	4.288.239	1.305.927	2.982.312	30,5	6,1
1970	6.929.868	2.504.378	4.425.490	36,1	7,4
1980	7.629.392	4.472.561	3.156.831	58,6	6,4
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	73,4	5,8
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	81,4	5,6
2007	10.284.503	8.644.949	1.639.554	84,1	5,6

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Contagem da População 2007

TABELA A.2 - SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO ESTIMADOS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000

PERÍODO	SALDO MIGRATÓRIO			TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO (%)		
	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural
1940/1950	510.083	-	-	24,0	-	-
1950/1960	1.329.272	-	-	31,0	-	-
1960/1970	1.024.857	782.504	203.232	15,0	31,0	5,0
1970/1980	-1.605.376	1.319.593	-2.924.969	-21,0	29,5	-92,7
1980/1990	-1.074.806	608.562	-1.683.367	-12,9	10,1	-72,8
1990/2000	-293.915	-	-	-3,1	-	-

FONTES: Para 1940/1950, 1950/1960 e 1960/1970: IPARDES (1983); para 1970/1980, 1980/1990 e 1990/2000: MAGALHÃES (2003, tabela 6)

TABELA A.3 - TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS ESPECIAIS - PARANÁ - 1991/2000 E 2000/2007

PERÍODO	GRUPO ETÁRIO (anos)							
	0 a 6	7 a 14	15 a 17	15 a 29	18 a 64	65 e +	10 e +	TOTAL
1991/2000	-0,2	-0,3	0,6	0,7	2,1	4,4	1,9	1,4
2000/2007	-2,6	0,1	-0,1	0,5	1,8	3,9	1,7	1,0

FONTES: IBGE - Censos Demográficos, Contagem da População

TABELA A.4 - ÍNDICE DE IDOSOS E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 1991, 2000 E 2007

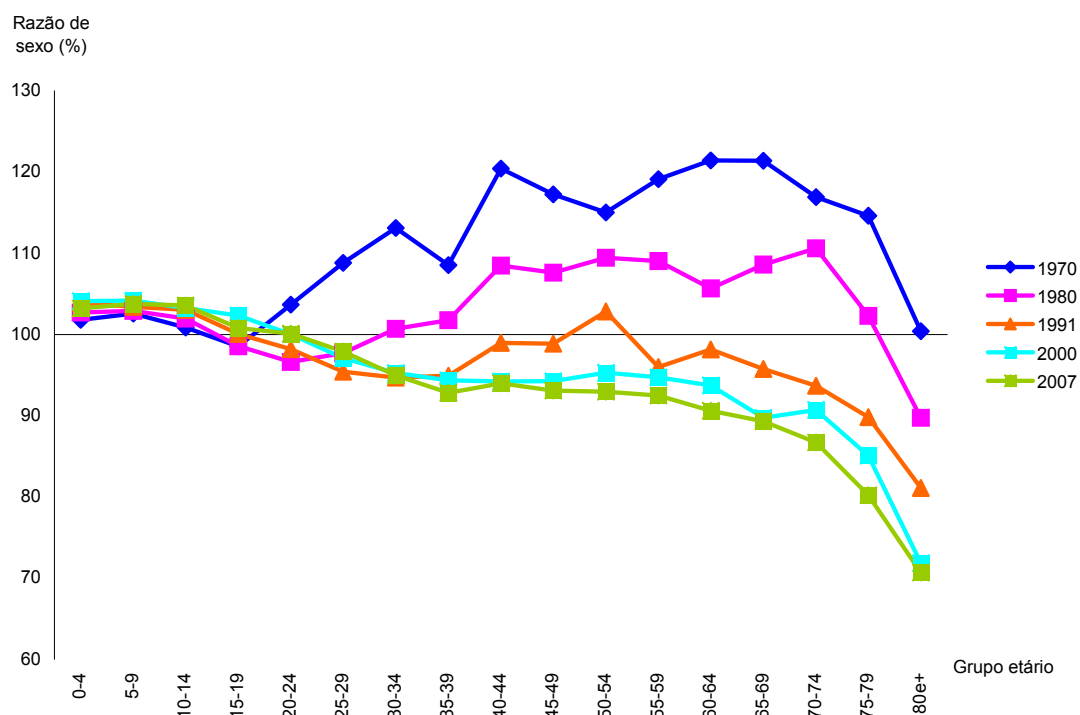
MESORREGIÃO/REGIÃO METROPOLITANA	ÍNDICE DE IDOSOS <sup>(1)</sup> (%)			RAZÃO DE SEXO <sup>(2)</sup> (%)		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007
Meso Noroeste	15,6	26,6	37,5	101,2	99,3	97,9
Meso Centro-Ocidental	12,3	22,4	33,7	101,8	99,6	98,0
Meso Norte Central	15,2	24,0	34,1	98,6	96,8	95,3
Meso Norte Pioneiro	16,3	26,0	35,8	101,5	100,2	99,1
Meso Centro-Oriental	13,1	17,9	23,7	99,1	98,8	97,5
Meso Oeste	10,0	16,1	23,0	100,2	98,5	97,2
Meso Sudoeste	11,5	19,7	29,7	101,2	99,6	98,4
Meso Centro-Sul	9,0	13,4	18,8	101,6	101,5	100,4
Meso Sudeste	13,8	19,0	24,2	103,5	103,9	103,4
Meso Metropolitana de Curitiba	12,9	17,5	24,0	96,3	96,5	94,9
RM de Curitiba	12,9	17,7	24,3	95,7	96,0	94,4
RM de Londrina	15,0	23,7	33,2	96,0	94,9	93,3
RM de Maringá	14,5	22,8	32,0	96,5	95,1	93,7
Região Não Metropolitana	12,9	19,9	27,8	101,1	99,9	98,7
PARANÁ	13,1	19,7	27,3	99,2	98,2	96,7

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, Contagem da População

(1) O índice de idosos mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos.

(2) A razão de sexo, quando apresentada em percentual, indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

## GRÁFICOS ANEXOS

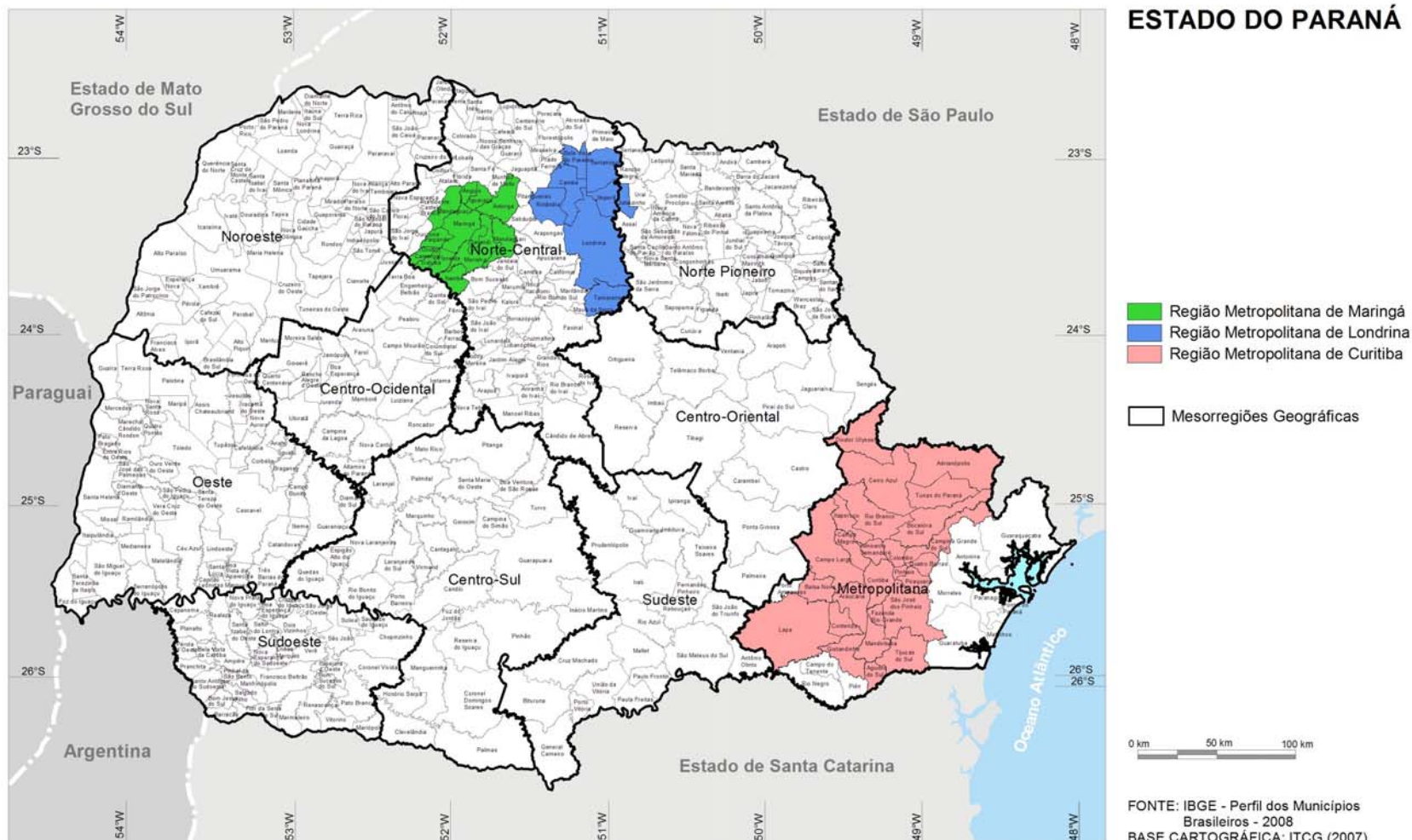
GRÁFICO A.1 - RAZÕES DE SEXO<sup>(1)</sup> DA POPULAÇÃO - PARANÁ - 1970/2007

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, Contagem da População

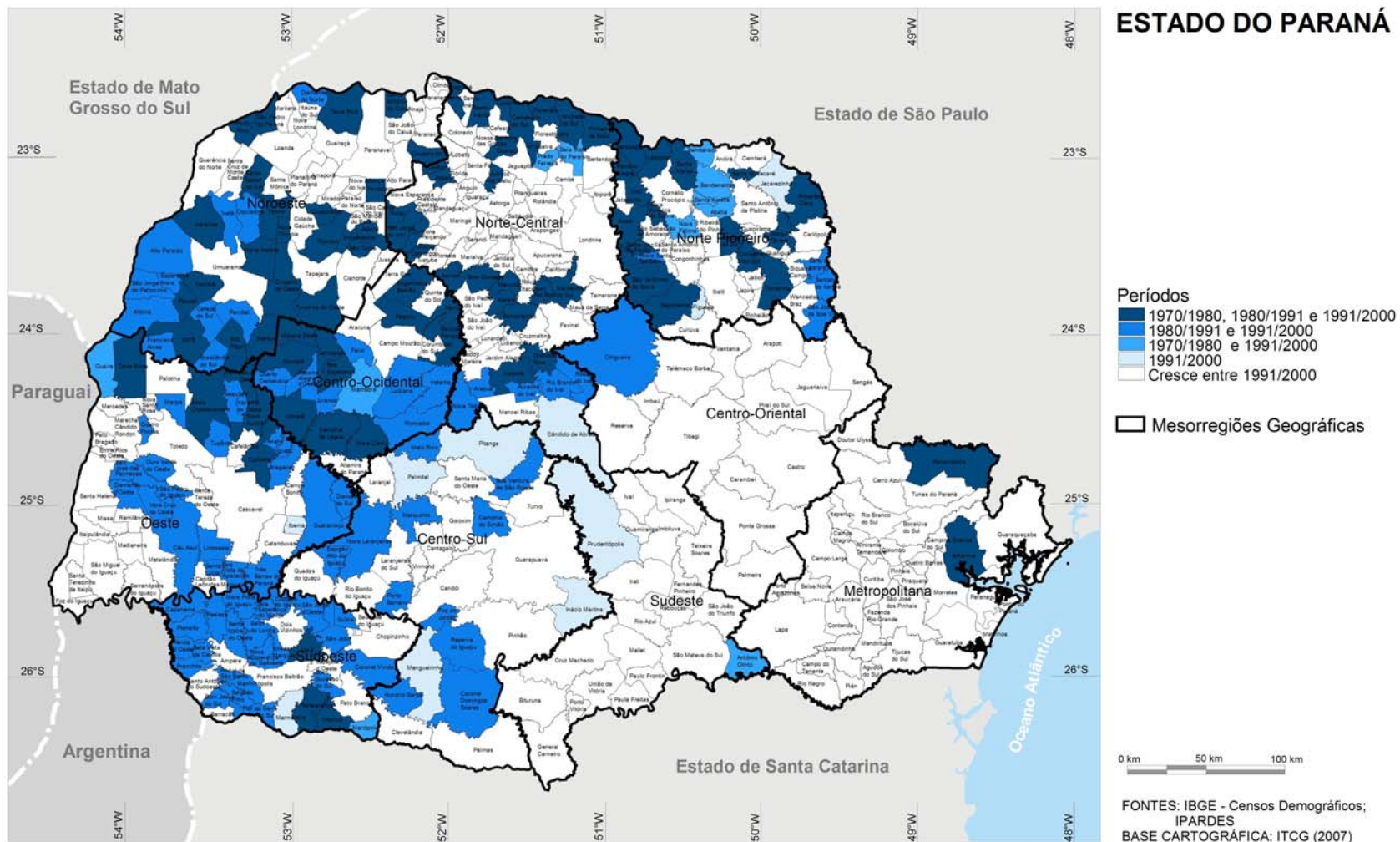
(1) A razão de sexo, quando apresentada em percentual, indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

## MAPAS ANEXOS

MAPA A.1 - DELIMITAÇÃO DOS CONTORNOS DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, DE LONDRINA E DE MARINGÁ - PARANÁ - 2010

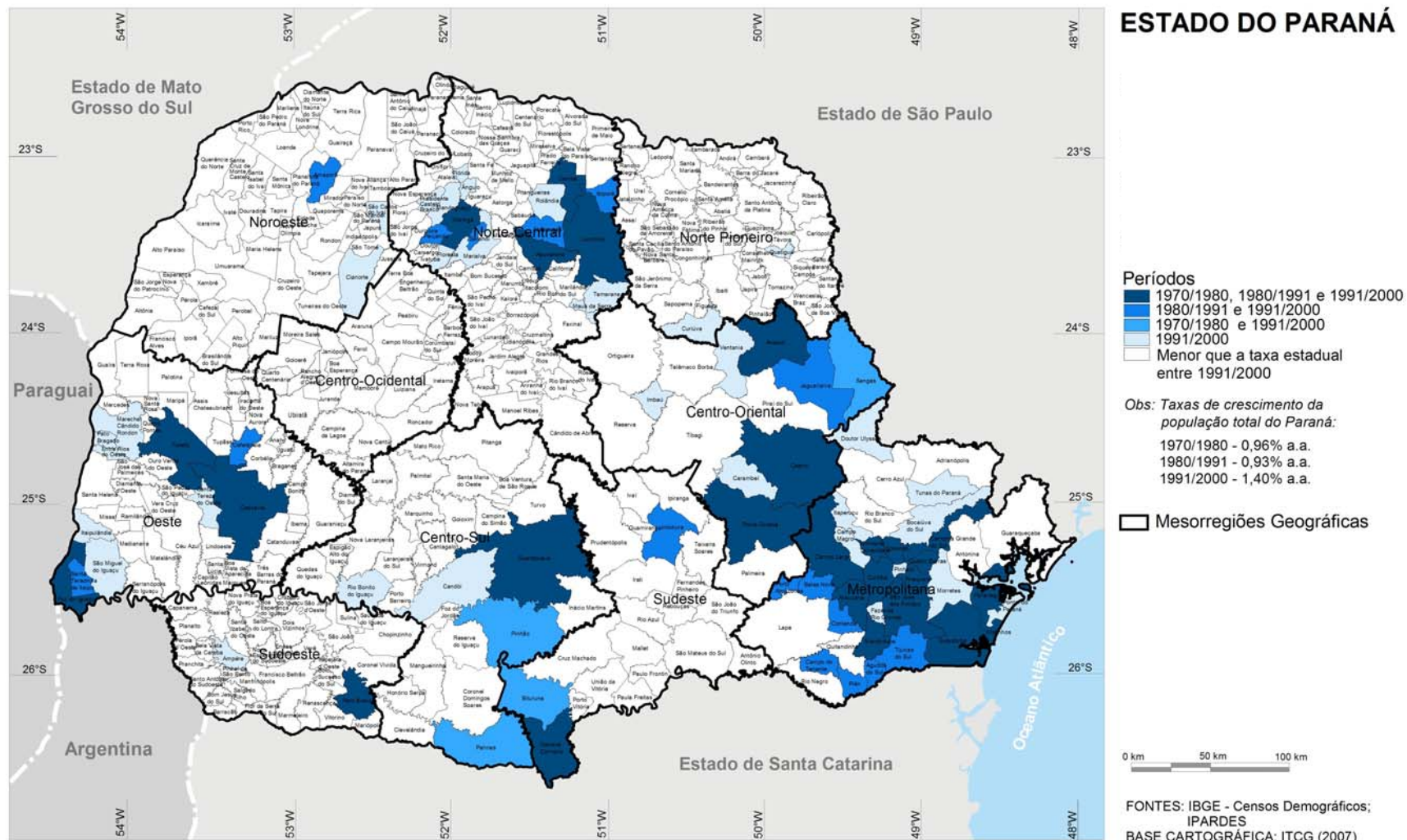


MAPA A.2 - ÁREAS DE ESVAZIAMENTO - TAXAS NEGATIVAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000

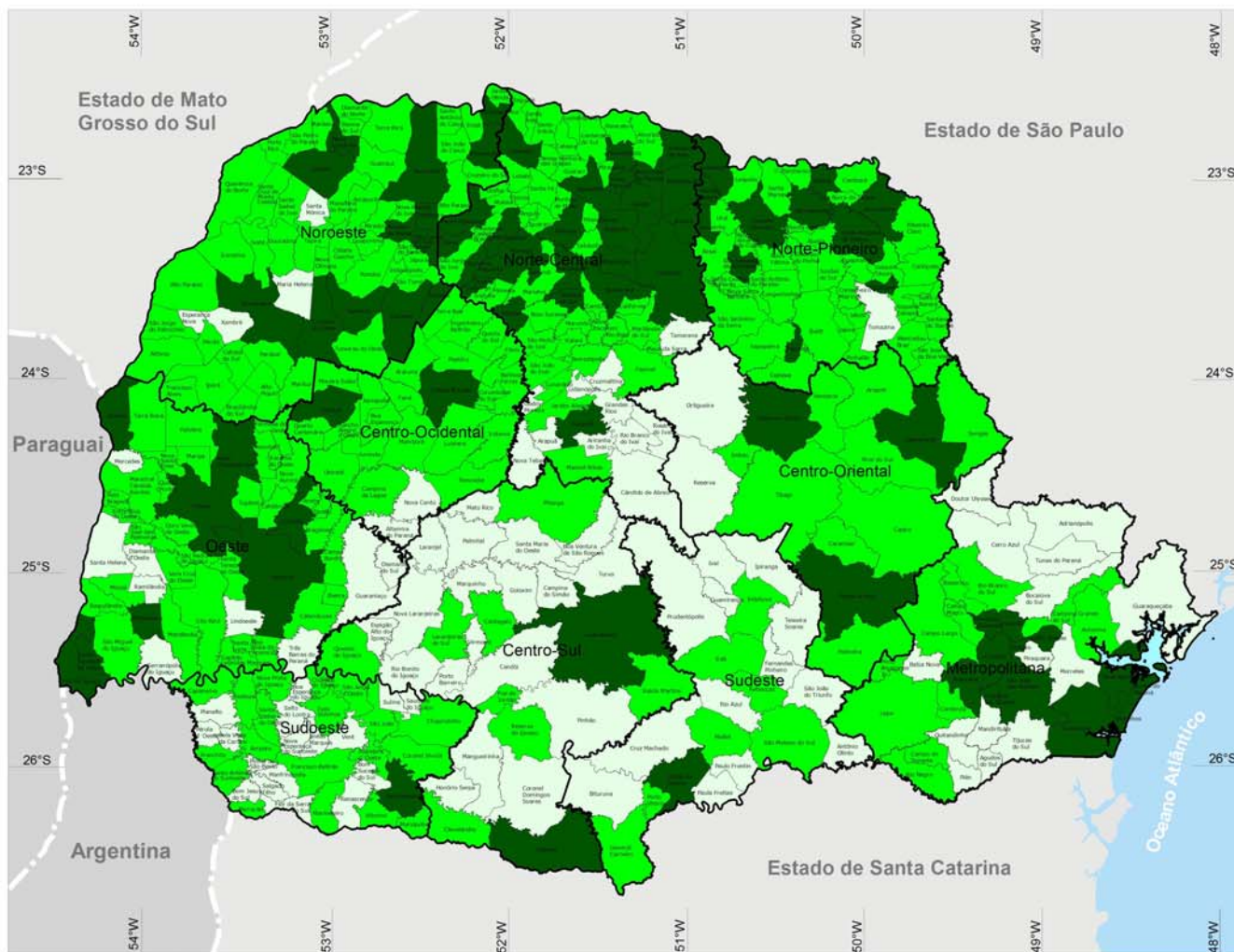




MAPA A.3 - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL SUPERIORES ÀS TAXAS DO ESTADO SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000



MAPA A.4 - GRAU DE URBANIZAÇÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007



## ESTADO DO PARANÁ

Grau de urbanização (%)

- < 50
- >= 50,0 e <= 84,2
- > 84,2

Obs.: O grau de urbanização do Paraná em 2007 era de 84,2%.

Mesorregiões Geográficas

0 km 50 km 100 km

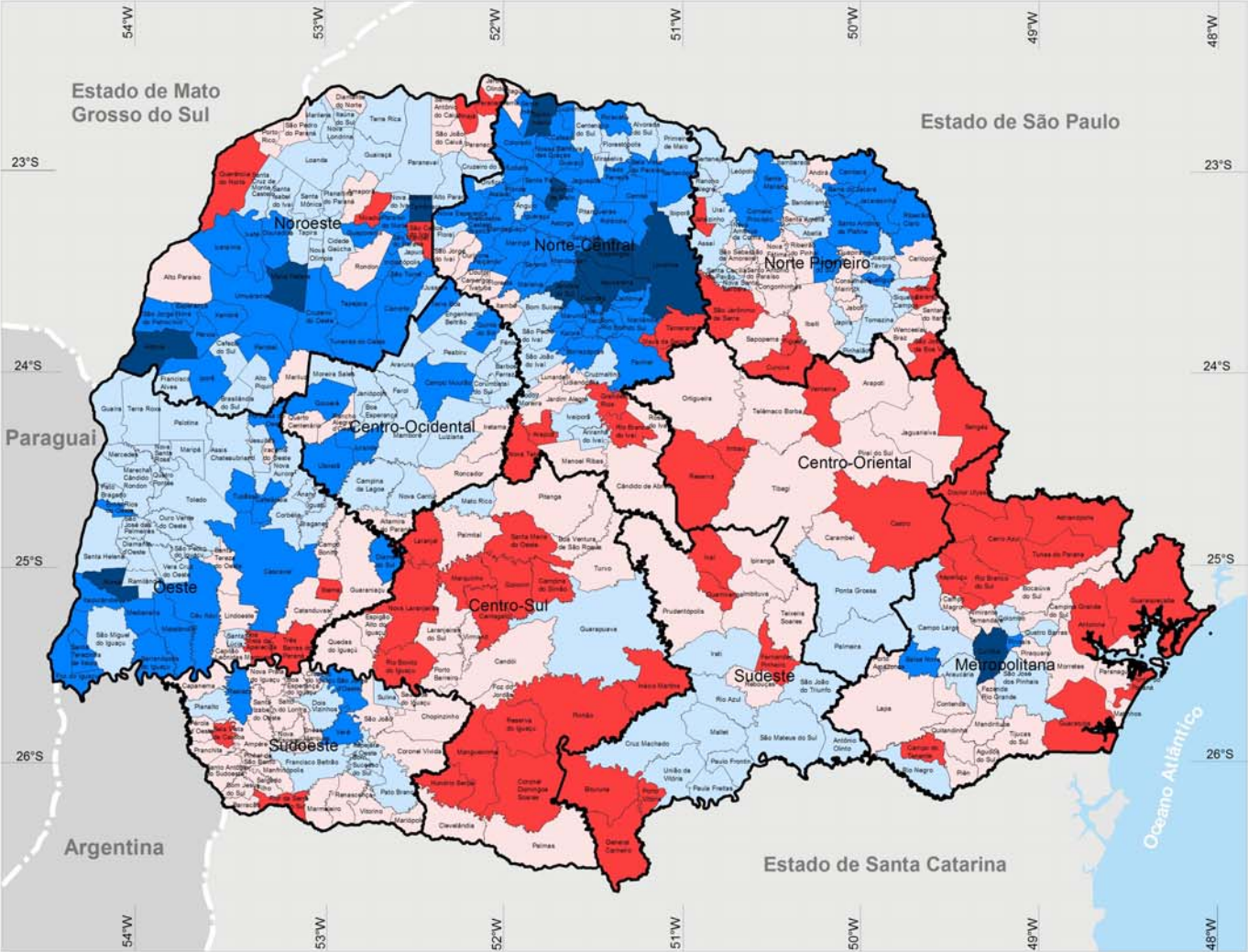
FONTE: IBGE - Contagem da População

NOTA: População recenseada em 2007 mais a estimada pelo IBGE para os 8 maiores municípios do Estado (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, e São José dos Pinhais). Como o IBGE não estimou nenhum tipo de característica para as populações dos municípios brasileiros que não foram contadas, a população estimada dos 8 municípios do Paraná segundo situação do domicílio (Urbana e Rural) foi distribuída pelo IPARDES a partir da estrutura implícita no Censo Demográfico 2000, do IBGE.

BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2007)



MAPA A.5 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL SEGUNDO MUNICÍCIOS - PARANÁ - 2000



**ESTADO DO PARANÁ**

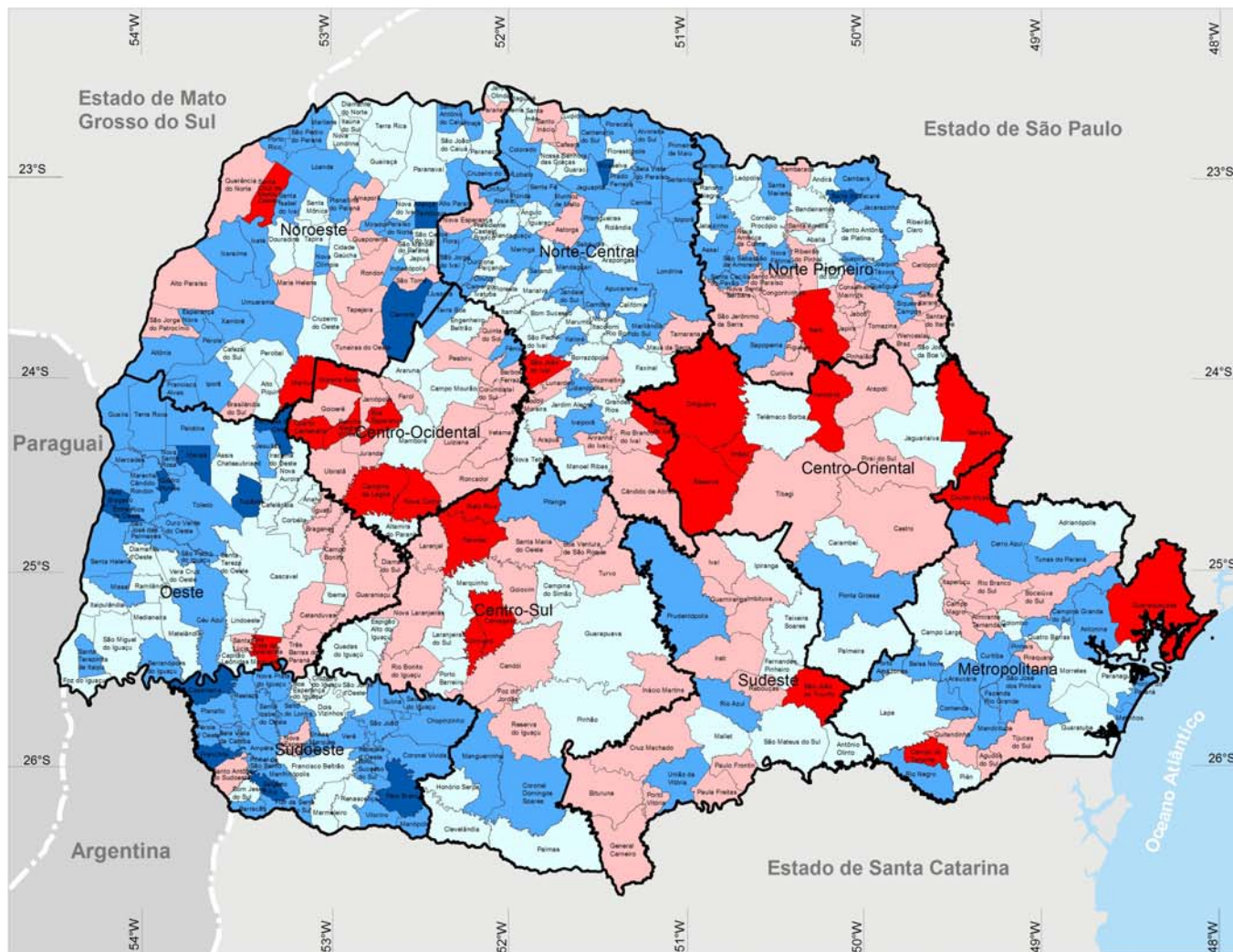
TFT

Dark Blue	1,74 a < 2,10
Medium Blue	2,10 a < 2,30
Light Blue	2,30 a < 2,62
Pink	2,62 a < 3,00
Red	>= 3,00

0 km 50 km 100 km

FORNTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano  
 BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2007)

MAPA A.6 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2000



## ESTADO DO PARANÁ

Em anos de vida

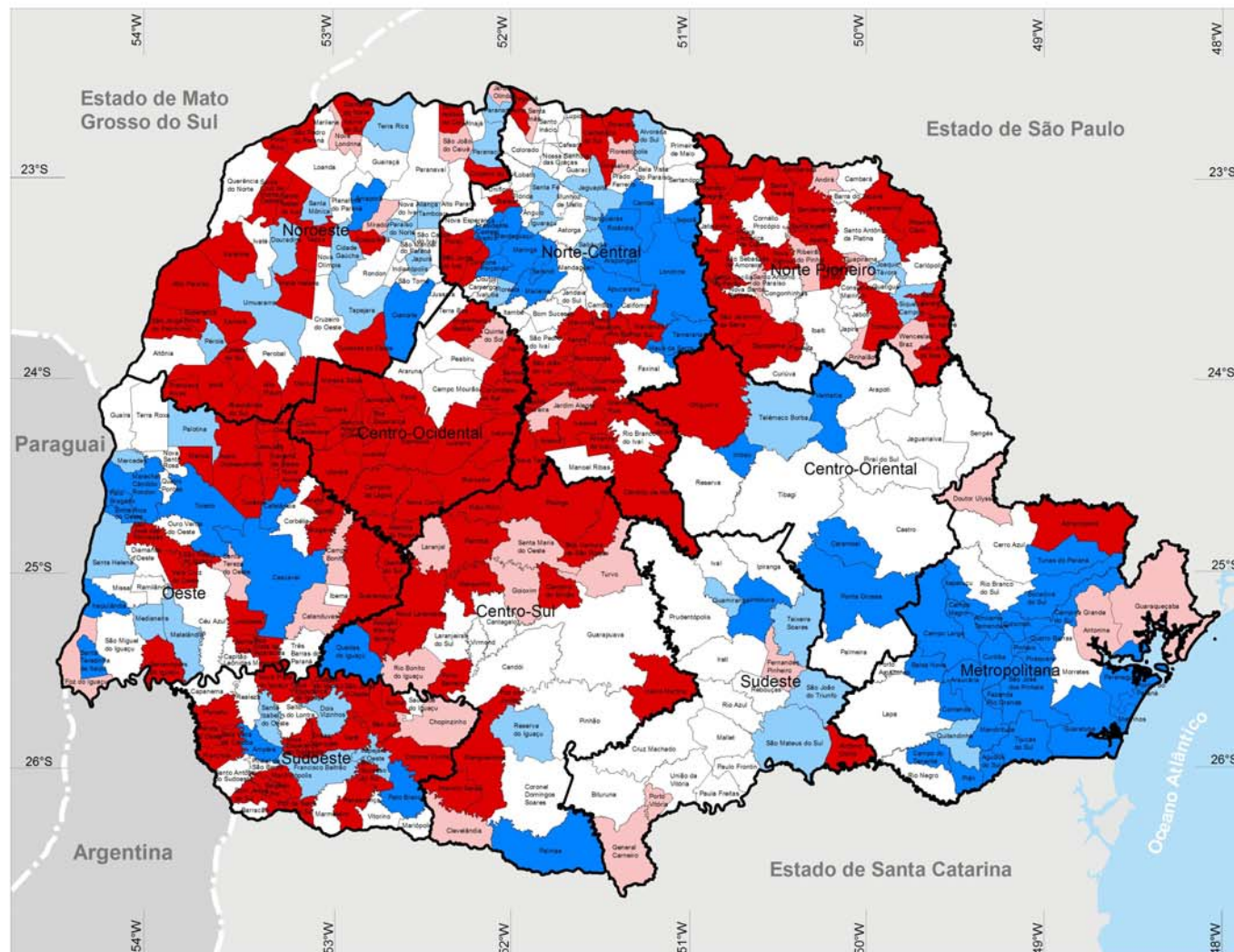
- >= 75
- 70 a 75
- 67,5 a < 70
- 60 a < 67,5
- < 60

0 km 50 km 100 km

FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano  
 BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2007)



MAPA A.7 - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E DE ESVAZIAMENTO - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1991/2000 E 2000/2010



## ESTADO DO PARANÁ

Taxas de crescimento da população total <sup>(1)</sup>

- > PR em 1991/2000 e 2000/2010
- > PR em 2000/2010
- < 0 em 2000/2010
- < 0 em 1991/2000 e 2000/2010
- Demais situações

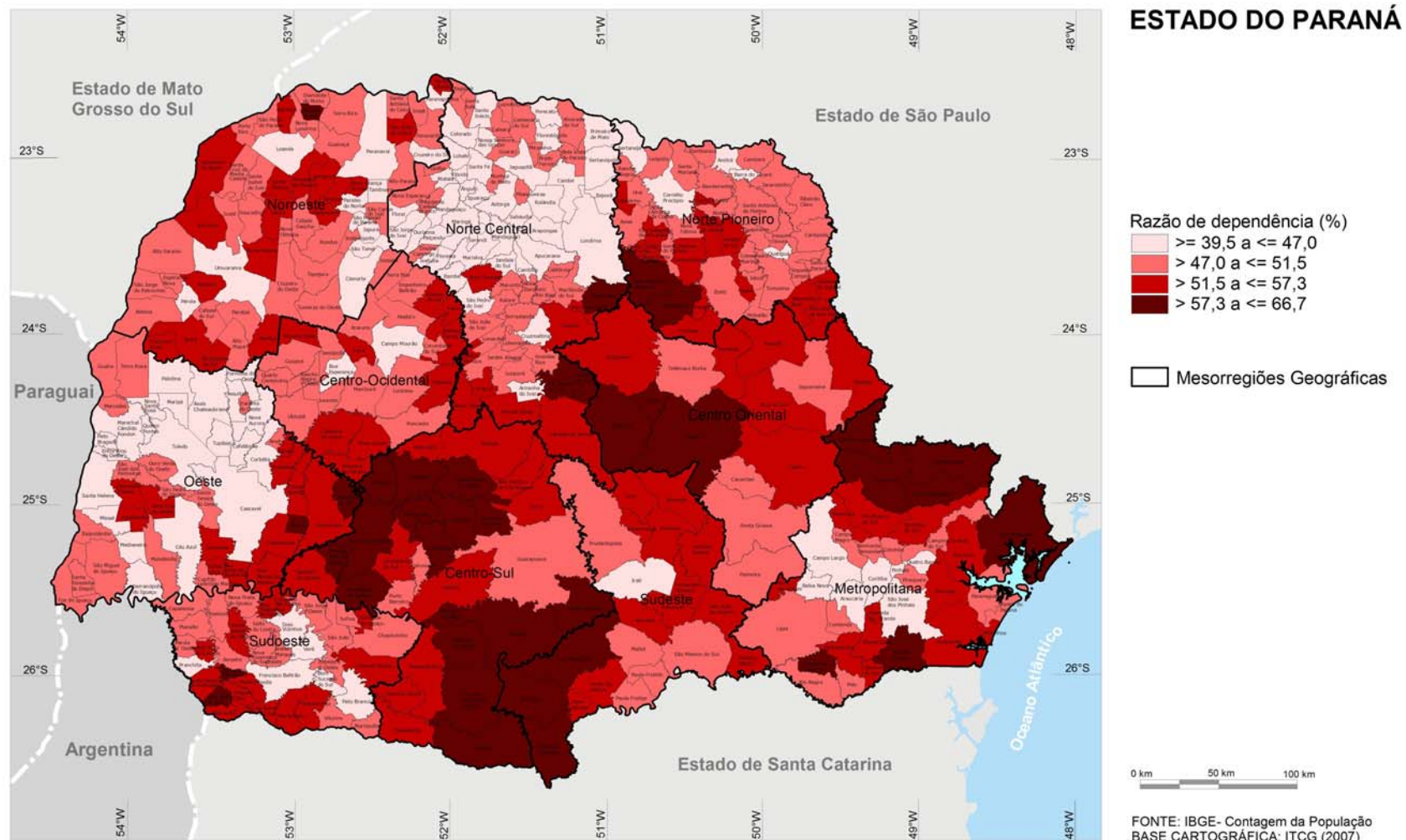
Mesorregiões Geográficas

(1) Taxas de crescimento da população total do Paraná:  
1991/2000 - 1,40 % a.a.  
2000/2010 - 0,88 % a.a.

0 km 50 km 100 km

FONTES: IBGE - Censos Demográficos;  
IPARDES  
BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2007)

MAPA A.8 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007



NOTA: Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.